



## **PARECER**

**Projeto de Lei nº 867, de 1999**, que “institui o Plano Nacional de Pedras e Metais preciosos e dá outras providências”.

**AUTOR: Dep. GILBERTO KASSAB**

**RELATOR: Dep. CARLITO MERSS**

## **I - RELATÓRIO**

O projeto de lei 867, de 1999, apresenta as seguintes proposições:

- a) instituir o Plano Nacional de Pedras e Metais Preciosos;
- b) autorizar o Poder Executivo a vincular a execução do plano ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;
- c) dispor que o Poder Executivo estabelecerá programa de treinamento de técnicos com intuito de otimizar as atividades de fiscalização, controle e orientação dos setores abrangidos pelo plano;
- d) estabelecer que será incluído na Lei Orçamentária, até o ano de 2010, crédito anual destinado às entidades universitárias e Escolas Técnicas Federais que mantenham cursos profissionalizantes nas áreas de geologia, mineração, gemologia, lapidação, ourivesaria, joalheria e bijuteria para a capacitação do corpo docente, aprimoramento do material didático, construção e reforma das instalações físicas e ampliação do número de vagas dos cursos;
- e) autorizar o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a instituir linha de crédito para financiamento da aquisição de máquinas, implementos e peças de reposição às indústrias de lapidação, ourivesaria, joalheria e bijuteria;
- f) isentar a aquisição desses equipamentos da cobrança de tributos federais pelo prazo de cinco anos da publicação da presente Lei;
- g) autorizar o Poder Executivo a ressarcir os Estados–membros que concedam isenção, total ou parcial, de



- tributos de sua competência às indústrias objeto do plano.
- h) Estender às indústrias de lapidação, ourivesaria, joalheria e bijuteria o tratamento fiscal dispensado aos garimpeiros, nos termos do *caput* do art. 10 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, até o ano-base de 2010.
  - i) Estabelecer que a alíquota do imposto de exportação de pedras preciosas e pedras ornamentais em estado bruto será de 20% (vinte por cento) no primeiro ano, de 45% (quarenta e cinco por cento) no segundo ano e de 70% (setenta por cento) a partir do terceiro ano, contados do início do exercício seguinte ao ano de publicação da lei.

Encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação, não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

É o relatório.

## II - VOTO

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, IX, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, *que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”*, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002 (Lei 10.266, de 24 de julho de 2001) em seu artigo 63 condiciona a aprovação de lei ao cumprimento do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

*“Art. 63. O projeto de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.*

*§ 1º Aplicam-se à lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.*



*§ 2º O Poder Executivo oferecerá, quando solicitado por deliberação do Plenário de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de noventa dias, a estimativa de renúncia de receita ou subsídios técnicos para realizá-la."*

Em relação a isso, o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.00), determina:

*"Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:*

*I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;*

*II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.*

*§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.*

*§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.*

*....."*

A proposição em tela, não pode ser considerada adequada, financeira e orçamentariamente, à luz do dispositivo da LDO/2002 supra citado, por figurar concessão de benefícios, sem as respectivas estimativas de renúncia de receita, bem como a satisfação dos demais requisitos exigidos pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, fundamental para que o projeto possa ser considerado adequado e compatível orçamentária e financeiramente.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Finanças e Tributação**

---

Dessa forma, fica também prejudicado o exame quanto ao mérito, na Comissão de Finanças e Tributação, em acordo com o disposto no art. 10 da Norma Interna - CFT, *supra* mencionada:

*“Art. 10. Nos casos em que couber também à Comissão o exame do mérito da proposição, e for constatada a sua incompatibilidade ou inadequação, o mérito não será examinado pelo Relator, que registrará o fato em seu voto.”*

Pelo exposto, **VOTO PELA INCOMPATIBILIDADE E PELA INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROJETO DE LEI Nº 867, de 1999.**

Sala da Comissão, em                      de                      de 2002.

**Deputado CARLITO MERSS**  
**Relator**